

Nuno Lemos Pires

CIDADANIA E CONFLITUALIDADE



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
CIDADANIA E CONFLITUALIDADE

AUTOR
NUNO LEMOS PIRES

EDITOR
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

ISBN
978-972-623-287-2

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa
R. Academia das Ciências, 19
1249-122 LISBOA
Telefone: 213219730
Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt
Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2021
Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

CIDADANIA E CONFLITUALIDADE

Nuno Lemos Pires¹

Resumo:

Na origem das sociedades, na evolução e até aos dias de hoje, a par do instinto natural na defesa do património e dos parentes, no ensejo de assegurar a herança para os que ficam, na procura da segurança e bem-estar, esteve e estará, inevitavelmente, a possibilidade da existência de conflitos. “Cidadania” surge assim como um conceito que se procura delimitar, para cada indivíduo, num conjunto de direitos e deveres, que assegure o acesso à segurança e bem-estar, na defesa do património e na prevenção dos conflitos. Mas, como veremos, esta noção de cidadania, que à partida parece transversal a todos os seres humanos, irá evoluir de forma muito distinta, ao longo dos séculos e em variados palcos geopolíticos e contextos históricos. Cidadania não foi, nem é, um conceito universal.

Abstract:

From the origin of societies to nowadays, conflicts have inevitably emerged as a possibility, in view of the existence of a natural instinct for the protection of property and family, of a wish to ensure inheritance for one's own descendants, and of a search for security and well-being. “Citizenship” is thus a concept that seeks to establish, for each individual, a set of rights and duties that can guarantee access to security and well-being, the protection of property and the prevention of conflicts. But, as we will see, this notion of citizenship, which seems common to all human beings, has evolved in a very distinct way, throughout the centuries and in various geopolitical realities and historical contexts. Citizenship never was, and still is not, a universal concept.

¹ (<https://academiamilitar.academia.edu/NunoPires>), Coronel de Infantaria / Operações Especiais, é Comandante do Corpo de Alunos e Professor na Academia Militar (AM). É Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE. Iniciou a carreira na Escola Prática de Infantaria; Professor de História Militar e Relações Internacionais no IAEM e AM; Intelligence Officer no NATO / Rapid Deployable Corps em Espanha; Assistente Militar do Comandante do NATO / Joint Command Lisbon; Comandante do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado e Diretor de Formação da Escola das Armas. Participou em missões em Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão. Tem 8 livros publicados e mais de 100 capítulos e artigos em livros / publicações variadas, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

Na origem, há mais de 40.000 anos, a sociedade organizava-se em torno da sua própria biologia humana, ou seja, a ordem de relacionamento entre seres humanos, isto é, a ordem social, estava profundamente marcada pelo nepotismo e favorecimento dos parentes². A sociedade partiu da defesa da família para a defesa de um conjunto de famílias, que se organizavam em bandos e, posteriormente, em tribos.

Como os seres humanos, quando organizados em tribos, são criadores e seguidores de normas, a evolução social levou à procura de sistemas e de interações que procurassem equilíbrios. Mas na base, na origem, continuava, como provavelmente sempre continuou, assente um instinto natural na preservação dos próprios bens e os dos parentes mais próximos. Assim, parece norma, que as primeiras regras sociais estivessem fortemente associadas à defesa do património, individual e coletivo, bem como ao desejo existencial da garantia de segurança. A fórmula, não escrita mas permanente, que os seres humanos sempre ambicionaram, acima de tudo, buscava encontrar formas de garantir, equilibradamente, segurança e bem-estar. Quando a segurança e bem-estar estavam em causa, ou eram colocados em causa por outros grupos, bandos ou tribos, criavam-se as condições para a existência de conflitos, que podiam ou não, levar a situações extremas de guerra.

Assim, na origem, na evolução e até aos dias de hoje, a par do instinto natural na defesa do património e dos parentes, no ensejo de assegurar a herança para os que ficam, na procura da segurança e bem-estar, esteve e estará, inevitavelmente, a possibilidade da existência de conflitos. “Cidadania” surge assim como um conceito que se procura delimitar, para cada indivíduo, num conjunto de direitos e deveres, que assegure o acesso à segurança e bem-estar, na defesa do património e na prevenção dos conflitos. Mas, como veremos, esta noção de cidadania, que à partida parece transversal a todos os seres humanos, irá evoluir de forma muito distinta, ao longo dos séculos e em variados palcos geopolíticos e contextos históricos. Cidadania não foi, nem é, um conceito universal. Vamos aprofundar.

Dos Estados e da Guerra

Neste curto texto não podemos fazer uma longa descrição da evolução dos conceitos principais associados a cidadania, conflitualidade e guerra. Por isso escolhemos alguns momentos para ilustrar o pensamento. Durante o Império romano, solidificou-se uma certa ideia de guerra justa “*bellum justum*” que se afirmou com a teorização cristã de Santo Agostinho no século IV e, mais tarde, por São Tomás de Aquino, no século XIII. Em ambos explicitaram-se as razões em que um Estado podia fazer a guerra: Primeiro, a guerra devia ocorrer por uma causa boa e justa e nunca pela busca de riqueza ou poder; Segundo, a guerra justa devia ser declarada por uma autoridade legalmente instituída, como um Estado; Terceiro, a paz devia ser a motivação central e apenas um meio à violência dela decorrente.

² Fukuyama, 2014.

A importância do fenómeno da guerra cresceu na mesma medida em que se entendeu a definição de Estado (mais próximo do conceito que atualmente encontramos). Como afirmou o conhecido sociólogo Charles Tilly (1828-2008): “a guerra fez o Estado e o Estado fez a guerra”. Note-se que é o Estado que faz a guerra e não os cidadãos de per si. Numa sociedade a gestão superior da violência é executada pela instituição Estado e não pode, nem deve, ser usada por um qualquer cidadão³. Assim, dada a centralidade do fenómeno, não é difícil perceber que, entre os cidadãos de um determinado Estado, aqueles a quem era incumbida a execução da guerra, também obtivessem alguma centralidade, na forma de como a faziam e no modo como o Estado os controlava. Daqui nasce a primeira exceção à cidadania plena, o da condição militar, que limita direitos e postula maiores deveres, a quem exerce a gestão da violência.

Em algumas sociedades foi-se ainda mais longe na limitação desta condição militar, tentando criar classes sociais completamente à parte dos restantes cidadãos. Os exemplos serão muitos, desde os espartanos da Grécia clássica aos mercenários que acompanhavam o cartaginês Aníbal Barca nas suas incursões pela Europa (guerras púnicas no século III a.C.) mas, o caso mais paradigmático, foi desenvolvido no conceito dos soldados escravos otomanos entre os séculos XV e XX. Os *janízaros* (ou escravos cristãos) eram retirados às suas famílias ainda muito novos e preparados, exclusivamente, para fazerem a guerra ou administrarem os territórios conquistados do Império Otomano. Estavam proibidos de casar ou de reconhecer qualquer descendência, embora pudessem contar em vida com muitos privilégios e luxos, incluindo a possibilidade de terem mulheres. Proibindo-se a família, e partindo do pressuposto que estes cristãos nunca tiveram família dentro do Império Otomano, impedia-se a tentação primária, que escrevemos no início do texto, de favorecer familiares e de tentar criar património para deixar aos descendentes. Ou seja, assim, estava-se a controlar a ambição de tomada de poder ou a necessidade da corrupção direta ou indireta para favorecer familiares. Foi um modelo de sucesso, mas obviamente impossível de manter e, no final da Primeira Guerra Mundial, acabou de vez.

No entanto, como ainda hoje acontece na maioria das sociedades, os militares continuam a ter uma limitação aos seus direitos plenos de cidadania, sendo-lhes vedados alguns, como o de terem uma atividade partidária ou o de puderem livremente usar a palavra em público⁴. Numa definição atual poderemos entender a condição militar como sendo: “abdicar do espaço de liberdade individual e, no limite, com o sacrifício da própria vida, sempre em prol do bem comum, na garantia do Estado Democrático, Autónomo e Soberano”⁵. Mas para entendermos as limitações a uma plena cidadania, teremos primeiro que analisar, para além do próprio conceito, um outro associado ao mesmo, o de soberania.

³ Hobbes, 1651.

⁴ “O carácter distintivo, por excelência, dos militares em relação aos restantes concidadãos é a condição militar, porque ela resulta de sacrifícios únicos e extraordinários” (Barrento, 2014: 142)

⁵ Definição do autor e de Pedro Moleirinho (2015).

Encontramos em muitas referências sobre este tema alguns momentos históricos de afirmação de uma certa ideia de cidadania. Primeiro com a independência dos EUA em 1776 e a publicação da respetiva declaração, onde se pode ler, que “*todos os homens são criados iguais, entre estes direitos encontram-se a vida, a liberdade e a procura da felicidade*”. Este é um momento de síntese de uma evolução social e das relações internacionais, desde o final da Guerra dos Trinta Anos (1648 – início da denominada ordem vestefaliana e o entendimento do conceito de Estado muito próximo do que hoje entendemos) e que, basicamente, assenta nos seguintes princípios: os governantes apenas podem governar com o consentimento dos governados (o sistema como este consentimento é dado é muito distinto em função dos Estados que escolhermos para analisar) e que a soberania deriva da população (soberania popular), sendo que todos os cidadãos têm direitos iguais. Para alguns destes Estados a afirmação dos direitos ainda vai mais longe na defesa dos que, além do direito de cada um, acresce o dever de defender o direito dos que não sabem nem podem reclamar.

A Revolução Francesa em 1789 vai reforçar este conceito com as três palavras-chave: “*igualdade, liberdade e fraternidade*”. Mas das ideias anunciadas à prática política e ordem social vai uma longa distância. Na natural evolução social, adicionou-se à “*igualdade*” o direito de tratar igual o que é igual mas diferente o que for diferente. Porque só assim se assegura, verdadeiramente, a “*liberdade*” de cada um escolher o seu próprio caminho. Poderemos então afirmar, que nesta sucessão de eventos sociais, consolidou-se a noção do conceito de cidadão. Um cidadão tem direitos e deveres, iguais perante a lei, que inclui a obrigação de prestar serviço à sua Pátria quando para tal for chamado. Aos direitos apõem-se deveres, e sem uns não se entendem os outros. O dever mais significativo é o do sacrifício na defesa da Pátria. No caso de um país se encontrar em situação de conflito, os cidadãos têm obrigação de se empenhar na sua defesa e, se necessário, combaterem e morrerem numa guerra. Os postulados criados, as referências legislativas e mesmo religiosas que apoiam esta necessidade, tornam clara a associação entre cidadania e conflitualidade. Mas seria (será) assim em todo o mundo, em todas as sociedades e nações?

Das diferentes soberanias

Se dermos um salto no tempo até 2015 e olharmos para a defesa pública das ações do autodenominado “*Estado Islâmico*” (ou também designado de *Daesh* que vamos abreviadamente referir como EI), entendemos um conceito de cidadania e de conflitualidade que pode ser muito, mas mesmo muito, diferente.

No EI, como em muitos Estados de religião islâmica, não se separa o Estado da Religião. Pelo contrário, um e outro estão unidos, ao revés do que pensamos ser a prática internacional em espaços que nos estão e são próximos⁶. Pode ainda crescer

⁶ Parte deste capítulo baseia-se no artigo do autor “Das Ameaças-Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Cívicas” no Livro “Ameaças Transnacionais”.

dentro do nosso espaço, pode aumentar e multiplicar-se em espaços próximos e, tal como um cancro silencioso que se alastra e cria metástases, quando não detetado em tempo, pode tornar-se demasiado tarde para tratar e controlar. O EI é, claramente, Estado e Religião e não aceita outra forma política de existir, postura que tem sido defendida por muitos habitantes da grande região do Médio Oriente (e não só), há várias centenas de anos, pelo que não constitui uma novidade. O que é novo é a intolerância publicamente anunciada porque, considerando-se Estado e Religião, não aceita que outros o não sejam. Não tolera, não pactua, exige. Exige aos que domina, aos que pretende dominar e pede que o sigam em todo o mundo. Respeita, em teoria, outras religiões monoteístas, como a cristã e a judaica, mas afirma-se como o detentor da *única* verdade, da salvação universal, e procura, através de uma fortíssima persuasão, quando não pela força, a conversão de todos à sua única e exclusiva, visão política e religião (que, no seu entender, são apenas uma só).

O problema nas interpretações mais radicais do Islão está exatamente na palavra “*interpretação*”. Para os radicais não são permitidas interpretações. Na origem da vida do profeta Maomé e dos seus primeiros califas, encontram-se as referências únicas para tudo. Por exemplo, é na *hégira* de Maomé desde Meca até Medina, que se encontram os alicerces para a criação das primeiras comunidades muçulmanas. Maomé forma uma comunidade (com a correspondente noção de cidadania islâmica) e vence na batalha de Badr (em 624 d.C.) os não muçulmanos (em muito maior número) criando a noção que haveria sempre um apoio divino para auxiliar na conflitualidade, entre os muçulmanos contra os não muçulmanos. A partir desse momento, “arruma-se” a interpretação de uma forma muito simples: antes de Maomé o mundo vivia numa idade da ignorância (*jahilyya*) e depois, aqueles que não viverem de acordo com o Corão e a Suna, viverão em apostasia⁷. Radical e simples. Profundamente simples de se entender, por isso, muito fácil de se explicar a quem sempre buscou na História os pretextos para o combate e a guerra ao infiel (nomeadamente os judeus e cristãos).

Como exemplo, apresentamos as cruzadas, que no início do segundo milénio, foram pela religião - pela libertação dos lugares santos, pela determinação na recuperação de áreas sagradas, mas também, em paridade, pelo lucro e pelo saque. Causaram, inevitavelmente, enormes desconfianças e desejos de vingança entre povos, religiões e regiões. Às cruzadas opuseram-se mouros, berberes, mamelucos e otomanos e os vencedores de uma época foram os vencidos de outra. Não houve final, apenas vencidos e humilhados. Umas vezes cristãos, outras judeus e hindus, por vezes muçulmanos, mongóis e budistas. Sobrou o rancor que as fronteiras inventadas e impostas no final da Grande Guerra 1914-1918 (tratado Sykes-Picot), apenas serviram para agravar. A memória dos povos e das nações não se apaga por decreto nem se impõe por tratado.

⁷ Duarte, 2015: 35.

As barbaridades cometidas hoje pelos radicais do EI não são menores que as que se fizeram também ao longo do século XX, naquelas e noutras regiões, onde havia maiorias muçulmanas⁸. Os soviéticos abusaram no Afeganistão e um apelo internacional ao combate contra os *infiéis da URSS* teve efeitos que perduram nos dias de hoje. Foi na luta contra os soviéticos que se forjaram muitos dos grupos que hoje dão corpo aos movimentos integristas muçulmanos, desde a al-Qaeda aos uigures chineses. A princípio ninguém identificava as *metástases* desses grupos, e foi preciso um sintoma forte, como o 11 de setembro de 2001, para muitos se darem conta do que havia entretanto germinado.

O Médio Oriente foi governado por regimes seculares (incluindo os poderes imperiais e coloniais) nos últimos séculos de existência, destacando-se no século XX os governos de Nasser no Egipto, de Saddam no Iraque, de Kadhafi na Líbia, al-Assad na Síria (exceções houve como a do Rei de Marrocos que sempre foi o líder religioso e secular), mas esse panorama alterou-se substancialmente nas últimas décadas. O EI é hoje um exemplo claro, e extremo, dessa assunção, arrumando, por enquanto, a esperança deposta nas “Primaveras Árabes”.

O que sabemos do passado dos líderes do EI é uma longa história e não um movimento espontâneo e novo. O radicalismo integrista está na origem da primeira grande divisão entre o Islão, quando surgiram os Carijitas a par dos sunitas e dos xiitas. Os Carijitas foram os primeiros a defender o caráter literal do Corão e da Suna, ou seja, que os textos sagrados do Islão tinham de ser seguidos e não interpretados. Os Carijitas quase desapareceram na *espuma da história* mas, no século XVIII, surgiu na Arábia Saudita um teólogo de nome Ibn Abdul Wahhab e a interpretação literal voltou a emergir. Voltou-se a propor, exclusivamente, a leitura tradicional, inquestionável, pura e absoluta. O wahabismo andou e anda de mãos dadas com o regime soberano da Arábia Saudita e, por isso, teve e tem seguidores um pouco por todo o mundo. Mais a norte, no Iraque, apareceram no século seguinte os Ikhwan (os irmãos) que usavam também “*uma leitura rigorosa e literal dos textos sagrados*”, mas, ao contrário da Arábia Saudita, esta teologia não se iria juntar logo à política, porque ainda seriam os aliados dos britânicos a conseguir governar o país após a Grande Guerra, mantendo assim, por mais alguns anos, a religião afastada da política⁹.

Num mundo de referências difusas, fenómenos como o wahabismo, ou o Salafismo radical¹⁰ e os fundamentos teocráticos do EI, apresentam princípios claros e muito simples de seguir: os homens não podem nunca interpretar o que foi ditado por Deus (Alá) e tudo o que é preciso saber está no Corão e na Suna. Ainda por cima, muitos dos proponentes destas leituras restritas do Islão, como os Irmãos Muçulmanos

⁸ Embora as do EI têm muito mais repercussões (em termos do terror) através da imediata difusão pelos meios de comunicação social e partilha de ficheiros pela internet.

⁹ Tomé, 2015: 6, Rogeiro, 2014: 191-198 e Pinto, 2015: 102.

¹⁰ Tomé, 2015: 5; Salafismo é um movimento fundamentalista islâmico que acredita na adesão estrita ao Islão tal como creem ter sido praticado por Maomé (Stern, 2015: 11).

de Hassan al-Banna e continuado por Sayyid Qutb, que acabaram por ser assassinados (em 1949 e 1966) e transformados em mártires. Como de mártires se fala hoje quando os combatentes recordam e homenageiam Al-Zarqawi (o grande líder do agora EI), de Ussama Bin-Laden (da al-Qaeda) ou de Mullah Omar (dos Talibãs). Tal como a morte de líderes de vulto, como os líderes originais do islamismo xiita, Ali e Hussein no século VII, criou mártires e inspiradores intemporais¹¹. Matar lideranças nunca foi eficaz para erradicar o fundamentalismo islâmico, talvez, até pelo contrário, tenha ajudado a criar mártires e movimentos de expressão alargada.

As obras sobre os movimentos literalistas que foram sendo escritas constituem-se como referências importantes e demonstram que os fenómenos extremistas a que assistimos são tudo menos acidentais ou simplesmente, conjunturais. Qutb escreveu *Marcos Miliários*, que se constituía num forte ataque aos sistemas políticos seculares. Al-Zarqawi, a grande referência do agora EI, por exemplo, baseava-se nos estudos do xeque Abu Muhammad al-Maqdisi, que afirmava que um Estado que não seguisse uma governação completamente em linha com a Sharia seria um *"regime infiel"*. Também se apoiava nos textos de Abu Musab al-Suri, um livro de 1.600 páginas, intitulado *"Um chamamento à resistência Islâmica"*, que entre outras ideias sugeria o uso de *lobos solitários*¹² como forma de espalhar ao máximo os ataques em muitas regiões do globo (num conceito que defendia como o de uma resistência sem líder). Mais relevantes ainda serão os textos de Abu Bakr Naji, escritos em 2004, um tratado de 113 páginas, intitulado (tradução para inglês) de *"Management of Savagery: The most critical stage through which the Ummah will pass"*. Este texto estabelece objetivos e metas que vale a pena reproduzir para melhor entendermos os fenómenos associados ao terrorismo islâmico jihadista das últimas duas décadas:

1. *Perturbação e exaustão: durante a qual os atentados terroristas prejudicam a economia das potências inimigas e desmoralizam as populações;*
2. *Gestão da barbaridade: uma fase de resistência violenta, com ênfase na realização de atos violentos muitíssimo visíveis, com a intenção de enviar uma mensagem tanto aos aliados como aos inimigos;*
3. *Tomada do poder: o estabelecimento de regiões controladas pelos jihadistas que possam, subseqüentemente, crescer e unir-se com vista à recriação do califado"*¹³.

O fundamento é muito simples *"no apelo à adesão (dawah) está implícito que toda a comunidade islâmica tem a tarefa de expandir o Dar-es-Islam pelo mundo inteiro"*¹⁴ e a organização da atividade é feita por líderes muitíssimo bem preparados, motivados e fortemente determinados. Os líderes destes movimentos não são, como

¹¹ De igual forma, manter em prisão, simplesmente, também ajudou a criar líderes ainda mais fanáticos com mais seguidores: "o tempo que passaram na prisão aprofundou o seu extremismo e ofereceu-lhes a oportunidade aumentarem o número de seguidores", Stern, 2015: 57.

¹² Ver ataques por *lobos solitários* em Tomé, 2015: 19.

¹³ Stern, 2015: 37, 45-47.

¹⁴ Duarte, 2015: 37.

muitos fazem parecer, desesperados ou analfabetos. Tal como os suicidas que foram contra as torres gémeas em 2001, a maioria das lideranças da al-Qaeda e do EI, são instruídos e muitos têm origem em classes informadas, esclarecidas e protegidas¹⁵. Gozam também de uma legitimidade reforçada por se declarem descendentes da tribo do profeta (Abu Omar e Abu Bakr, que lhe sucedeu, declararam-se “*quaraychi, isto é, membros da tribo do profeta Maomé*”¹⁶).

“*Guerra das Civilizações? É isso que o Estado Islâmico quer e é isso que a ignorância e a estupidez dos ocidentais lhe estão a dar*”¹⁷. O objetivo do EI passa por “*purgar traidores, chacinar militares, impor a sharia, ganhar território, enfraquecer soberanos e aliados, condicionar a economia e os fluxos energéticos, criando o caos interno e a anarquia regional*”¹⁸. Como defendemos, em obra publicada com António José Telo, o objetivo imediato passa por criar e manter o caos, conduzindo a uma *guerra de caos*, que levará, anseiam os proponentes, ao atingir dos grandes objetivos teleológicos¹⁹.

O EI passa a sua mensagem e tem uma base territorial (na Síria e no Iraque), porque recruta adeptos dentro da região em que atua mas, também, em todos os pontos do globo. Não importa analisar apenas a eficácia da sua mensagem (se as decapitações provocam adeptos, se é a “oferta” de esposas ou escravas, se é o espírito de missão religioso ou se é o anúncio de uma sociedade mais justa, equilibrada e simples de perceber). Mais importante é tentar perceber porque se deixam tantos influenciar por estas mensagens, ou seja, o que lhes falta no espaço onde vivem para os levar a querer partir para o EI. Esse é o grande desafio e que mina, diariamente, o que pensávamos ser um conceito universal de cidadania. Nestes contextos, são conceitos quase opostos, à liberdade da civilização clássica europeia opõe-se a obediência divina salafista radical. E todos os cidadãos são visados, até porque a mensagem do EI para os países ocidentais dirige-se principalmente aos quadros melhor preparados e não, simplesmente, aos que muitos consideram ser apenas os desesperados, ou militantes ávidos de se empenharem numa qualquer ideologia que os preencha. As palavras do líder do EI, Abu Bakr, não podiam ser mais claras: “*apelamos especialmente aos académicos, (...) juizes, pessoas com competências militares, administrativas e de serviços, médicos e engenheiros*”²⁰.

Quando o EI conquistou a grande cidade de Mossul no Iraque, com base numa preparadíssima máquina de comunicação, conseguiu gerar mais de 40.000 *tweets* num único dia. Entre os que receberam as mensagens, alguns, demasiados, estavam dispostos

¹⁵ “*Os tipos no topo são gestores muito hábeis*”, Stern, 2015: 59.

¹⁶ Tomé, 2015: 2; Pinto, 2015: 243 e 248. (Jaime Nogueira Pinto dá vários exemplos dos líderes do EI, muitos antigos altos responsáveis do Iraque de Saddam Hussein: “*o ex-presidente Izzat Ibrahim al-Dourigeneral Azhar al-Obeidi, governador de Mosul, general Ahmed al-Rashid, governador de Tikrit (...) Abu Muslim al-Trkmani, comandante militar do ISIS para o Iraque, tenente-coronel da Inteligência militar Iraquiana, Abu Ali al-Anbari, para a Síria*”.

¹⁷ Pinto, 2015: 278.

¹⁸ Lima, 2015: 227 e também Rogeiro, 2015: 54-58.

¹⁹ Telo & LPires, 2013.

²⁰ Stern, 2015: 112 e Rogeiro, 2015: 97-118.

a juntarem-se e a jurarem Baya't (lealdade completa a um líder, seja ele da al-Qaeda, dos Talibãs, do Boko-Haram ou do EI), compromisso esse que raramente conhece retorno. A lealdade estabelece-se entre pessoas e líderes mas, mais importante, entre líderes de organizações e líderes de outras organizações: Ussama jurou Baya't a Mullah Omar; o Boko Haram da Nigéria, o Abu Sayaf das Filipinas, o Al-Shabab da Somália e alguns Talibãs juraram ao EI. Quando juram lealdade, o EI atribui às vastas regiões do mundo onde essas organizações são estabelecidas o estatuto de suas futuras províncias (wilayat). Nestes espaços, os que existiam e os que poderão vir a existir, preparam a geração seguinte. Em escolas rudimentares, denominadas de “campos Sharia”, ensina-se a única versão possível de vida dum cidadão do EI, incluindo técnicas de decapitação (praticadas em bonecas pelos jovens), a matar com ritual e com sofrimento, a punir, a chicotear, a saber lidar com mulheres e com escravos, a diferenciar no tratamento os verdadeiros muçulmanos dos apóstatas²¹. É explicado que escravatura é permitida, “em *The revival of slavery before the hour* o autor explica que as mulheres politeístas e pagãs podem e devem ser escravizadas”²², que a violação é autorizada e que as execuções são incentivadas. Nada do que assistimos é inocente e involuntário, está escrito, está descrito nas únicas fontes autorizadas e é repetido, à exaustão, aos seguidores. O caminho de retorno é difícil. Esperar compreensão e atitudes humanitárias de quem passa por estas etapas é não entender a força da radicalização construída e que se alastra²³.

*“Se há alguma coisa que devíamos ter aprendido com os erros que cometemos, quer no Iraque quer na Líbia, é que um Estado falhado é o pior de todos os resultados possíveis”*²⁴. Na obra que escrevemos em 2014, defendemos “o tempo” como um fator essencial para se obter o comando holístico da guerra e garantir estabilidade depois de intervenções externas²⁵. O Iraque precisava “de três décadas” para se criar um Estado estável, diz-nos Stern e Berger. Talvez mais, dizem muitos dos analistas em 2015. O problema principal da Líbia é que nem sequer “tem um Estado”, ou seja, não há uma autoridade reconhecida em todo o território²⁶. O tempo que não foi dado para fazer o que deveria ter sido feito multiplicou-se em efeitos negativos pela pressa com que se fizeram as coisas mais erradas e provocatórias, muito difíceis de emendar agora e, a somar aos erros seculares e repetidos que temos descrito, serão cada vez mais difíceis de resolver.

No fundamental, teremos sempre diferentes graus de entendimento sobre o que é a cidadania e a soberania. Ao conceito de tradição europeu, clássico, opõe-se claramente o conceito de soberania divina anteriormente expresso (*hakimmiya* ou soberania de

²¹ Tomé, 2015: 15-18 e Stern, 2015: 190, 211, 214, 216 e 245-248.

²² Stern, 2015: 251.

²³ “Nós os Salafistas não admitimos interpretações. Seguimos o texto divino segundo a compreensão que dele tiveram (...) Maomé e os seus companheiros de família, exclusivamente. Não há lugar para interpretações, nem escolas de pensamento”; Duarte, 2015: 59.

²⁴ Stern, 2015: 276.

²⁵ Lemos-Pires, 2014.

²⁶ Fukuyama, 2014: 12.

Deus²⁷). Mas temos de considerar que existem ainda outros modelos de soberania, como o modelo burocrático chinês ou o das chefias tradicionais em muitas das regiões de África (ver Fukuyama, 2014). Essa escala diversa de valores percebeu Portugal quando partiu para várias paragens no mundo e teve de se adaptar às várias realidades culturais e geopolíticas muito diversas.

Do exemplo de Portugal: cidadãos e conflitos à escala global

Na longa história de Portugal, do relacionamento intercultural nos *cinco cantos* do mundo, à ação portuguesa sempre se pautou por ser abrangente, criativa, humana. Houve casos de violência e houve momentos de ajuda, houve Guerra e Paz, operações ofensivas, diplomáticas económicas e humanitárias. “*De tudo um pouco*” sempre foi modo português de estar e fazer. Aprendemos a fazer melhor e a ser melhores, constatámos que onde mais nos entregámos e ajudámos também foi onde mais nos estimaram, é uma lição de vida de qualquer cidadão, foi uma lição de vida da nossa Nação e que pode ser comparada com a de outros cidadãos.

Na Guerra de África, entre 1961 e 1974, a relação com as autoridades civis e com a população tornou-se fundamental para o sucesso da missão. O Exército Português tentou reverter para doutrina o máximo de conhecimentos, regras e ensinamentos para que qualquer líder, em qualquer escalão de comando, soubesse o que fazer e como trabalhar entre o meio em que se movia, a população. O apoio era incentivado, a ajuda humanitária apoiada e, onde não chegavam as agências civis, ficava entregue a tarefa aos militares. Foram as populações e as autoridades civis, foi a aproximação cultural aos povos nativos, foi a busca incessante na procura de conquistar a confiança de quem se queria ter entre iguais. Mas era uma estratégia que requeria muito tempo, mais do que uma ou duas gerações e, embora bem lançada, estaria condenada ao fracasso se não houvesse também uma política coerente e alinhada com estes objetivos. Na verdade, nunca houve essa coerência política e estratégia (ver LPires, 2014).

Mais tarde, após a guerra, alguns dos militares que participaram na guerra, refletiram sobre a mesma e escreveram os seus pensamentos para os novos conflitos que se adivinhavam e a dimensão holística permaneceu, o cidadão militar é antes de mais um cidadão do seu país, representa os valores de Portugal e deve possuir os valores universais de humanidade e solidariedade. Não faltam por isso elementos aos militares portugueses quando partem para as missões dos dias de hoje. Têm o sangue dos aventureiros portugueses, o saber dos combatentes e a reflexão dos comandantes. Quando chamado a apoiar, Portugal, o aliado fiável, diz “presente”²⁸. Participou, sempre que possível, no âmbito das alianças a que pertence, da NATO, da União Europeia ou da Organização das Nações Unidas e essa continua a ser a sua linha de decisão, no

²⁷ Duarte, 2015: 41.

²⁸ Baseado no artigo do autor publicado na Revista Nação e Defesa: “Portugal, os Estados Unidos da América e as Guerras do Século XXI”, Junho 2013, Revista Nação e Defesa nº 135, 5ª Série, pp. 134-152.

âmbito da legitimidade internacional, com mandato, no seio das alianças de que faz parte.

Portugal participa quase sempre sem restrições, sem *caveats*, ou seja, entra nos teatros de operações, disponível para cumprir, se necessário e determinado operacionalmente, nas missões mais exigentes. Sendo os *caveats*, ou melhor dizendo, “sem *caveats*”, um multiplicador qualificativo da participação, aumenta também, conseqüentemente, a qualidade política da oferta. Por fim, Portugal participa de acordo com as suas possibilidades materiais, financeiras, humanas e proporcionais à dimensão que tem.

Portugal também participa e adapta a tipologia de forças e missões de acordo com a estratégia e as fases das operações. Por exemplo, no Iraque, entrou com forças da GNR (MSU)²⁹, na fase de estabilização e depois com forças do Exército na preparação das novas forças de segurança do Iraque (NTM-I). No Afeganistão, o cenário foi idêntico. Integrou forças dos três ramos das forças armadas e, aquando da fase de expansão, houve um substancial aumento de forças de combate (nomeadamente paraquedistas e comandos nas designadas Forças de Reação Rápida) que atuaram em áreas consideradas muito difíceis, como por exemplo, Kandahar. Recentemente, quando a prioridade estratégica aliada passou para a formação e mentoria das unidades operacionais das forças armadas e de segurança afegãs, Portugal assumiu plenamente essa missão (sendo as mais conhecidas as OMLTs³⁰).

Para assegurar tal nível de participação Portugal sempre soube preparar-se para as missões mais exigentes, daí o nível elevadíssimo pedido aos quadros das Forças Armadas, aos militares e às unidades prontas para intervir. Portugal pode e sabe como intervir e não tem razões para se sentir “embaraçado” ao lado dos seus aliados. É um aliado fiável porque participa, é fiável porque o faz ao mesmo nível técnico-tático das melhores forças armadas internacionais (salvaguardando as devidas dimensões, como será o caso dos EUA) e é fiável porque sabe tirar partido da sua experiência para criar uma mais-valia para os seus aliados: Portugal sabe relacionar-se no terreno com outras culturas e religiões³¹.

Portugal estará ao lado dos seus principais aliados, de acordo com as suas capacidades e conjuntura de interesses, mas como poderemos constatar, tenderá a fazê-lo no âmbito das alianças ou OI a que pertence. Portugal tem, para além da CPLP, ainda

²⁹ “A missão no Iraque, que, decorreu até ao mês de Fevereiro de 2005, data prevista para a realização das eleições. O Subagrupamento ALFA da GNR estava integrado numa *Multinational Specialized Unit* (MSU)103 Italiana sendo constituído por 128 militares. Marchou para o Iraque ficando sob o Controlo Operacional da “*Multinational Division South East – MND (SE)*”, integrado na *Brigada dei Carabinieri* de Itália, tendo em vista a execução da Missão Geral das Forças da Coligação no Teatro de Operações” Carlos Carreira (2005) “A Legitimidade da Missão da GNR no Iraque”, Revista Militar disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=23> consultado em 18 de Outubro de 2011;

³⁰ Ver Pires, 2011b;

³¹ Page, 2008: 26.

mais um espaço próprio e conseguido por mérito da sua atuação, caracterizado por Armando Marques Guedes que o intitula de “empenhamento em Estados Frágeis e em situações pós-conflito”³², atividade muito própria da natureza das intervenções portuguesas que hoje são “formas de *statebuilding* que redundam num assumir de uma normatividade *in bello* ligada a uma perspetivação prospetiva *post bellum* que se pode já vislumbrar como um movimento *in fieri*”³³. Aprofundando o raciocínio, o autor compara o papel de Portugal e dos EUA no *post bellum*³⁴ para concluir que um país como Portugal tem todas as condições para assumir uma posição privilegiada na obtenção de lugares de charneira nos desafios da atualidade. A facilidade de relacionamento de portugueses com outros povos e culturas, a capacidade de saber encontrar soluções imaginativas e adaptáveis às realidades locais, fazem desta idiossincrasia nacional uma vantagem estratégica para participar neste tipo de operações.

Nos cenários futuros algumas questões ganham relevância. A par das ameaças climáticas, terroristas e de violência variada, as alterações (desagregações) sociais³⁵ ganham importância e requerem obrigatoriamente, abordagens mais integradas, num conceito de segurança amplo e não nas restritas visões da defesa. A atuação no Afeganistão, no Iraque ou, como se regista hoje, contra o EI, mostra-nos indícios de uma nova forma de abordar os conflitos do caos, requerendo uma ação holística entre forças de segurança e as forças armadas, entre organizações ditas civis e militares, entre várias organizações internacionais e não-governamentais. Portugal poderá continuar na linha da frente desta nova (velha) forma de atuar, aproveitando as sinergias entre as atuações das suas polícias e forças armadas, entre civis e militares, dentro e fora do território nacional, de forma individual ou, em planos bilaterais ou multilaterais, desejavelmente, no âmbito das suas alianças.

Na síntese final encontram-se os três patamares da Consciência Cultural

Tudo se resume a um entendimento claro sobre o exercício da interação cultural com os diversos povos e nações. A consciência cultural sobre o “outro” é a melhor forma de nos tornarmos iguais enquanto cidadãos e cultivadores de uma atitude de paz e respeito. Na essência, na prevenção da conflitualidade. Só será possível se entendermos

³² Guedes, 2011: 19;

³³ Guedes, 2011: 4;

³⁴ “Para uma pequena/média potência como Portugal, o apoio a medidas que garantam intervenções e um *post bellum* regulamentado radicam – diferentemente do que é o caso para a superpotência norte-americana – numa aposta feita com o intuito de não ficar de fora de mecanismos de controlo e governação que, em simultâneo, tornem o futuro mais previsível pela criação de uma *rule of law* internacional em si mesma, nos garantam uma presença activa e visível no quadro de uma interdependência complexa em que nos arriscamos a ser remetidos para uma total subalternidade” Guedes, 2011: 19;

³⁵ “Os quatro grandes fatores de ameaça no século XXI são: o terrorismo/violência internacional; a desagregação social interna, a desagregação social externa (pelo aumento exponencial entre ricos e pobres e sociedades mais diferenciadas) e, por último, as alterações climáticas e energéticas” LPires, 2008, disponível <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=259> (consultado em 17 Outubro de 2011) e LPires, 2015;

a aplicação dessa interação entre povos e entre pessoas nos três patamares em que se aplicam. A consciência cultural, na sua denominação inglesa “cultural awarness”, apresenta-se assim, em nossa opinião, em três patamares bem distintos:

1. Da interação humana próxima: O mais comum e falado quando viajamos entre culturas. Passa pela percepção de hábitos, tradições e costumes distintos. Desde o uso de véus e *hijabs* a *burkas*, ao comer e beber determinados alimentos e bebidas, ao comportamento em determinadas épocas e períodos (como o Ramadão, o Sabat ou o ano novo chinês) ou o respeito por animais sagrados (como nos Hindus), no relacionamento entre membros das famílias.
2. Da organização e método de trabalho. Diferentes povos organizam-se de forma distinta. Desde os modelos de liderança à importância de determinadas áreas para o funcionamento das empresas. Na China pode ser muito importante um departamento cultural, no Afeganistão pode ter primazia um religioso, em África pode ser o gabinete de ligação às chefias tradicionais. Uma cultura mais horizontal pode funcionar melhor na Noruega em oposto a uma cultura mais vertical na Coreia, não há modelos completamente universais, a cultura dita a melhor escolha em função da região e tradições de trabalho local.
3. Da ordem política adaptada. A Índia tem uma ordem e tradição política muito distinta da China. Ambas são diferentes das tradições políticas do Japão, do Congo ou do Brasil. Para além de entendermos o patamar da organização para o trabalho temos de entender a forma política de como os Estados se organizam e se relacionam. Formas diferentes de exercer política, interna e externamente, levam a formas diferentes de relacionamento pessoal e, apenas entendendo a matriz macro estrutural política de um determinado Estado poderemos entender a forma de relacionamento aos diversos patamares da interação social.

Na origem estava a defesa da família, dos parentes, dos bandos e das tribos. O conceito de cidadania cresceu na medida do aumento da noção de conflitos, de guerras, de nações e de Estados. Mas não há, como por vezes se assume, um conceito universal de cidadania. As regiões, políticas e religiões diferentes, correspondem conceitos diferentes de valores, princípios e mesmo, de imposição de vontades.

No confronto entre a oposição de vontades encontramos as premissas dos conflitos. Portugal, na sua tradição e realidade multicultural e multiétnico encontrou formas sábias de aplicar, na plenitude, os três patamares da consciência cultural. No futuro os desafios serão tanto maiores quanto menor for o respeito universal dos direitos mais elementares de cidadania. Ainda para mais sabendo que há quem não só não os respeite como pretende impor a outros. Apenas, com aproximações cuidadas e adaptadas a cada realidade geopolítica e cultural, será possível manter uma afirmação de cidadania saudável, no respeito pela pessoa humana, na variedade das suas faces, na multitude de cada afirmação.

Será a determinação na defesa dos valores próprios de uma verdadeira cidadania assente no respeito pela pessoa humana e com igual consideração tanto pelos direitos como pelos deveres inerentes. Fundamentalmente será pela defesa dos direitos, dos que não podem ou sabem se defender, que uma sociedade forte se afirma sólida e decidida perante a corrupção de princípios que outros sistemas tentam impor. Na pessoa, no indivíduo, na dignidade de cada cidadão, encontra-se a força na defesa dos maiores e mais fortes valores e princípios que nos fizeram sociedade. Esses não poderão nunca ser negociáveis, nem corrompidos, nem destruídos pela força da violência ou pela irracionalidade de argumentações impostas.

Urge pois defender a cultura, universal e ampla, além do acesso livre e eclético à educação, para que possamos prosseguir um caminho mais esclarecido, mais digno e afirmativo na defesa de cada cidadão.

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores
no ciclo A História tal qual se faz,
em 6 de outubro de 2015)*

Bibliografia

BARRENTO, António, “A direção política e o Exército”, *Revista Militar* nº 2557 / 2558 – Fevereiro / Março de 2015, pp.139-151.

ALMEIDA, João Marques, “Failed States in Western Africa, International Security and the European Union” em Manuela Franco (Ed), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana e IPRI, UNL, 2007, pp. 37-49.

BLANCHARD, Christopher, “Lebanon: Background and U.S. Policy”, Congressional Research Service, 2014 (disponível em <https://www.fas.org/sgp/crs/mideast/R42816.pdf> consultado em 03 de agosto de 2015).

COCKBURN, Patrick , *O Novo Estado Islâmico*, Carcavelos, Editora Self, 2014.

DUARTE, Felipe Pathé, *Jihadismo Global: das palavras aos actos*, Marcador, Lisboa, 2015.

FUKUYAMA, Francis, *Ordem Política e Decadência Política: Da Revolução Industrial à Globalização da Democracia*, Lisboa, D. Quixote, 2014.

GUEDES, Armando Marques, “A estratégia política de reconstrução e a normatividade *post bellum* emergente: o caso da participação portuguesa na ISAF, Afeganistão, 2002-2011”, *Actas do Primeiro Encontro Luso-Espanhol de Direito Internacional e Relações Internacionais*, Braga e Santiago de Compostela, 2011.

HOBBS, Thomas, *Leviathan*, Printed for Andrew Crooke, Londres, 1651.

LEMOS PIRES, Nuno:

Cartas de Cabul, Lisboa, Tribuna da História, 2011a.

NATO's Operational Mentor and Liaison Team: Contributo para o desenvolvimento das Forças Armadas do Afeganistão, IDN Brief, Fevereiro de 2011, Lisboa, IDN, 2011b (disponível em: .

“A NATO no Paquistão em 2005: uma perspectiva portuguesa”, em *Actas do Seminário sobre “O Afeganistão”*, Programa D. Afonso Henriques e Tribuna da História, 2011c.

Wellington, Spínola e Petraeus: O Comando Holístico da Guerra, Lisboa, Nexo, 2014.

“Das Ameaças-Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Civis” no Livro *Ameaças Transnacionais*, Universidade Nova, Lisboa (no prelo).

LIMA, Bernardo Pires de, *A Síria em pedaços*, Lisboa, Tinta da China, 2015.

LOURENÇO, Eduardo, “Europa em risco de morte”, em XXI – Ter Opinião, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, nº 5, JUL-DEZ 2015, p. 152.

MUNIR, David, “Os fanáticos são pessoas perturbadas”, em XXI – Ter Opinião, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, nº 5, JUL-DEZ 2015, pp. 67-68.

NAÍM, Moisés, *O Fim do Poder: Dos Conselhos de Administração aos Campos de Batalha, às Igrejas e aos Estados. Porque ter poder já não é o que era*”, Lisboa, Gradiva, 2014.

PAGE, Martin, *A Primeira Aldeia Global Como Portugal mudou o Mundo*, Alfragide, Casa das Letras, 2008.

PINTO, Jaime Nogueira, *O Islão e o Ocidente: A grande discórdia*, Lisboa, D. Quixote, 2015.

ROGEIRO, Nuno, *O Mistério das Bandeiras Negras: Passado, Presente e futuro do “Estado Islâmico”*, Lisboa, Verbo, 2015.

STERN, Jessica e J.M. BERGER, *Estado Islâmico, Estado de Terror*, Rio Tinto, Vogais, 2015.

TELO, António e Nuno Lemos PIRES, *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973-2013)*, Lisboa, Tribuna da História, 2013.

TOMÉ, Luís, " «Estado Islâmico» percurso e alcance um ano depois da autoproclamação do «Califado» ". JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 6, N.º 1, Maio-Outubro 2015. (disponível em: observare.ual.pt/janus.net/pt_vol6_n1_art8 - consultado em 03 de agosto de 2015).